

Nomes dos *vatonga* de Inhambane: entre a “tradição” e a “modernidade”

Gregório Firmino

O presente artigo debruça-se sobre os nomes de pessoas que se associam à comunidade *tonga*, um grupo étnico originalmente da região da Baía de Inhambane (Moçambique) e zonas circunvizinhas, adiantando alguns subsídios relativos à sua dimensão sociocultural e ao seu carácter dinâmico, como consequência da multiplicidade de influências de origem exógena. Ao tecer considerações à volta dos antropónimos usados entre os *vatonga* de Inhambane, assume que, apesar de apresentarem um padrão orientador, o processo da sua construção é criativo, heterogéneo e dinâmico. Contingências históricas que têm afectado a vida social da comunidade *tonga* ditam que influências variadas tenham tido impacto nas práticas de criação de nomes, havendo, por isso, sinais evidentes de mutações significativas ao longo do tempo, principalmente em consequência da presença colonial portuguesa e implantação da política de assimilação. Assim, a influência portuguesa é marcante, sendo notória na maioria dos nomes usados pelos que se consideram *vatonga*.

PALAVRAS-CHAVE: *vatonga*, Inhambane, nomes, antropónimos influência portuguesa, assimilação.

INTRODUÇÃO

Em Moçambique, a região ao redor da Baía de Inhambane, na província com o mesmo nome, associa-se à comunidade *tonga*, ou seja, aos *vatonga*¹ (Rita-Ferreira 1975). Por se encontrarem numa região do litoral, os *vatonga* mantiveram ao longo dos tempos intensos contactos com pessoas e povos que, motivados por

1 Outros termos por que são conhecidos os *vatonga* são *manhembane* ou *bitonga*. A palavra *vatonga*, tal como todos os nomes nas línguas bantu, contém um radical *-tonga*, a que se junta o prefixo do plural *va-* para designar pessoas de origem *tonga*. O prefixo do singular é *mu-*, pelo que *mutonga*, que deu *tonga*, devido a elisão do prefixo, designa uma única pessoa de origem *tonga*. Se ao radical se prefixar *gi-*, a palavra *gitonga* passa a referir-se à língua falada pelos *vatonga*.

diversos interesses, demandaram a costa de Moçambique.² Para além da presença portuguesa,³ a história regista contactos com pessoas e povos de outras regiões.⁴ Desses contactos resultaram influências múltiplas com impacto entre os *vatonga*, testemunhando o argumento de Tengan (1994), quando referiu que as sociedades africanas nunca foram sistemas fechados imunes à integração de novos elementos e a transformações ou mudanças resultantes de influência externa. Antes pelo contrário, elas mantiveram estruturas abertas que, num processo contínuo, permitiram que novas realidades e elementos vindos de fora pudessem ser absorvidos, transformados e adaptados aos contextos africanos (cf. pp. 128-130).

Uma das dimensões em que a influência tende a perpetuar-se tem a ver com a forma como as pessoas recebem os seus nomes. Imersos em dois mundos, o “tradicional”, de que derivam elementos simbólicos que sustentam a identidade étnica, construída socialmente como “genuína”, e o “moderno”, tido localmente como exógeno, associado à ascensão social e activação de uma identidade cosmopolita, trans-étnica, os *vatonga* recorrem a um conjunto de estratégias de criação de nomes, cobrindo estes dois universos. Como consequência disso, os antropónimos que se associam aos *vatonga*, como será posteriormente discutido, exibem uma diversidade na sua estrutura. Por um lado, os que podem ser considerados como tipicamente *tonga* (ex.: *Sengo Pimbi*, *Rungo Bambo*); por outro lado, os considerados tipicamente aportuguesados (ex.: *Maria José Dias Silva*), passando por soluções intermédias, em que há uma junção de elementos *tongas* e portugueses, ou ainda muçulmanos (ex.: *Hanifa Agy*, *Nidzi Madeira* [*Mapulango*], *António Alberto*).

O presente artigo pretende debruçar-se sobre os nomes de pessoas que se associam à comunidade *tonga*, adiantando alguns subsídios relativos à sua dimensão sociocultural e ao seu carácter dinâmico, como consequência da

2 Naturalmente que os contactos não se efectuaram apenas através da costa, principalmente no que se refere a outros povos de raiz bantu.

3 Quando da sua ida à Índia por volta de 1498, Vasco da Gama teria aportado em Inhambane, tendo sido bem recebido, ao ponto de se referir à região como Terra da Boa Gente, designação pela qual a cidade de Inhambane ainda é conhecida.

4 Como afirma L. W. Lanham, “the batonga are found in scattered towns and villages within a radius of 35 miles from [the city of Inhambane] (...). Isolated Tonga communities are found outside this area but the majority are concentrated within these limits. This area is not exclusively Tonga, however, and there is a good deal of tribal mixture as, indeed, there is throughout the province and migrant labour is a long established tradition. Thus within the Tonga area there are many baTshwa and some vaChopi, while beyond its boundaries the batonga are found working in diverse occupations such as builders, garage hands, shop assistants and, in their traditional occupations, as boatmen and fishermen. Beyond the borders of Mozambique are several thousands of batonga working on the mines in the Free State and Transvaal. The Tonga language and culture has thus been exposed to foreign influence from several quarters, and when examining the effect of this influence, several centuries of association with the Portuguese, and an even more ancient contact with orientals, should be borne in mind” (Lanham 1955: iv, adaptado).

multiplicidade de influências de origem exógena. Começaremos por apresentar uma caracterização sucinta da comunidade *tonga*, incidindo sobre aspectos relacionados com a estrutura social, principalmente no que se refere ao sistema de construção de linhagens, elemento essencial na identificação/identidade e inserção social dos *vatonga*. Esta caracterização permitirá uma contextualização dos processos de criação de antropónimos dos *vatongas*, na sua versão mais “tradicional”, ao que se seguirá a discussão à volta das inovações resultantes de elementos de origem exógena, principalmente a tida como portuguesa, que possui mais resiliência e visibilidade social.

ELEMENTOS ENDÓGENOS NO NOME *TONGA*

Os *vatonga* de Inhambane (Moçambique) são um grupo bantu,⁵ que se caracteriza por uma organização social que assenta numa visão patrilinear da filiação, relacionada com o que geralmente se designa por sistema de parentesco Omaha (Ghasarian 1996: 51-2 e 184). Com efeito, tal como os restantes grupos da região sul de Moçambique,⁶ os *vatonga* concebem os laços de consanguinidade tendo em conta a relação do indivíduo, independentemente do seu género, com o seu pai (*pater* biológico e social). Deste modo, os *vatonga* concebem que terão o mesmo sangue as pessoas que partilham o mesmo pai, o que significa que farão parte da mesma linhagem indivíduos com o mesmo pai, com o mesmo avô paterno (pai do pai), ou com mesmo bisavô paterno (pai do pai do pai), e por aí em diante, sempre seguindo a linha paterna. Similarmente, os filhos pertencem socialmente ao pai, a quem, em última instância, cabe a responsabilidade de assegurar a inserção social, nas suas múltiplas dimensões, dos seus filhos. Trata-se de um padrão comum em diversas sociedades patrilineares bantu que habitam o sul de Moçambique (cf. Junod 1996 [1927]).

Os factos relacionados com a criação de antropónimos devem ser entendidos à luz desta visão de organização social. Com efeito, o processo de construção de nomes entre os *vatonga*, na sua forma mais típica e “tradicional”, encerra mecanismos que indiciam o carácter patrilinear da sociedade *tonga*, dando indicações claras sobre:

- ♦ pertença a um grupo linhageiro patrilinear;
- ♦ pertença a um pai;
- ♦ recursividade cíclica do grupo linhageiro.

5 Um conjunto de povos que habitam grandes extensões de África ao sul do Sahara. A cunhagem do termo Bantu deve-se a Bleek, um linguista africanista que descobriu afinidades entre um conjunto de línguas faladas por povos em muitas regiões de África (cf. Silverstein 1993).

6 Em Moçambique, o sistema matrilinear predomina a norte do Rio Zambeze.

Assim, a identidade de um *tonga*, na forma como transparece no nome, adquire sentido na medida em que o indivíduo destaca a sua relação com a linhagem. Tal facto é assinalado, sobremaneira, pela forma como o nome marca a relação com o pai, ou seja, a pessoa adquire a sua identidade/identificação por se reconhecer de que pai é filho e, por extensão, a que linhagem pertence.⁷ É assim que, quando se pergunta o nome de alguém (*Khuwe mani? Quem és tu?*), segue-se naturalmente uma outra pergunta *Ugyanana gya mani?* (És filho de quem?), querendo-se saber, principalmente, quem é o pai. Poder-se-á ainda acrescentar *U wana mani* (De quem és? A que linhagem pertences?).

Atentemos ao seguinte nome típico de um *tonga*:

- ♦ Rungo (wa) Bambo (Tsevette Mawotsa).⁸

No exemplo acima indicado, o nome identifica um indivíduo do sexo masculino, cujo nome próprio é *Rungo*. *Bambo* refere-se ao nome do pai social (podendo normalmente ser também o biológico), de quem se reconhece que *Rungo* seja filho. O nome poder-se-á estender, acrescentando-se o nome do pai do pai, e assim sucessivamente, embora, geralmente se termine com o do pai, ao que se poderá seguir o apelido, ou seja, o nome por que se designa o grupo (sub-)linhageiro. No exemplo indicado, *Tsevette* é o nome do pai do pai e *Mawotsa* o nome genérico por que se conhece o grupo linhageiro a que pertence *Rungo*. Contudo, no quotidiano, geralmente os dois primeiros nomes e possivelmente o apelido são os mais usados, recorrendo-se à designação da linhagem para desfazer ambiguidades. Por exemplo, *Rungo* e *Bambo* são nomes frequentes, podendo haver muitos indivíduos na comunidade, na linhagem ou mesmo dentro do grupo familiar com os mesmos nomes, já que estes são seleccionados entre antepassados ou parentes comuns. Nestes casos, o apelido poderá ser usado para fazer a distinção.⁹

O que acaba de ser referido representa o processo de criação de nomes na sua forma mais endógena. Sumarizando, pode-se deduzir que o nome *tonga* caracteriza-se por apresentar dois constituintes, sendo o primeiro referente ao nome próprio do indivíduo e o segundo ao do pai, ao que eventualmente

7 Há situações em que um indivíduo acaba ficando com o nome do pai da mãe. São situações anómalas em que o indivíduo não foi reconhecido pelo pai (como nos casos em que o homem nega que tenha relação com a gravidez da mulher, cf. Junod 1996: 106) ou o pai não pagou o lobolo da mulher. O lobolo é uma instituição que garante que os filhos da mulher pertencem à linhagem do homem que pagou o lobolo.

8 Os exemplos de nomes usados no artigo não correspondem a nomes de pessoas reais, embora sejam baseados em outros que identificam pessoas reais. Poderá em alguns casos haver coincidência apenas por mero acaso.

9 Esta não é a única estratégia para distinguir homónimos. Há outras estratégias que incluem o uso de alcunhas.

Quadro 1
Esquema do nome *tonga*

	1	2	3	4
	Nome próprio/ /prenome	Nome do pai/ /prenome do pai	Nome do pai do pai/ /prenome do pai do pai	Patronímico/nome da família/linhagem
A	Rungo	(wa) Bambo		
B	Rungo	(wa) Bambo		Mawotsa
C	Rungo	Bambo	Tsevete	Mawotsa

se poderão acrescentar outros. Para cada uma das posições, há constituintes típicos. Supondo dois eixos, um sintagmático e outro paradigmático,¹⁰ a primeira posição no sintagmático será ocupada pelo nome próprio do indivíduo, seguindo-se o do seu pai, seguindo-se, eventualmente, o do pai do pai. Na última posição, ocorre o constituinte que é tido como aquele que identifica a linhagem, ou seja, o patronímico, que poderá estar omissa, principalmente nas designações oficiais. Quando há esta omissão, o último nome no eixo sintagmático pode ser assumido socialmente como o da linhagem ou família, principalmente se for de origem *tonga*, embora haja casos de nomes de origem portuguesa. Também sob o ponto de vista paradigmático, a distribuição dos constituintes não é aleatória, sendo importante a distinção que se efectua entre um que pode servir de nome (como os casos de *Rungo*, *Bambo*, *Khwamba*, *Ronda*, etc.) e o que pode ser o da família/linhagem (como os casos de *Mawotsa*, *Guibunda*, *Nhassengo*, *Dzemo*, *Nhambihu*, etc.). Dado o hábito de se usar frequentemente como constituintes do nome apenas os nomes próprios do indivíduo e do seu pai, este, muitas vezes, acaba sendo colocado no grupo dos apelidos, ou seja, dos nomes de família/linhagem. Este desenvolvimento pode ser também uma consequência do facto de, potencialmente, qualquer elemento masculino poder ser um elemento bifurcador da linhagem, que deseja que isso seja reconhecido através do uso do seu nome próprio (caso de *Rungo Bambo*, em que *Bambo* passa a ser tido como patronímico). Uma outra solução é a anexação

10 A distinção entre os eixos sintagmático e paradigmático é oriunda da linguística, ligando-se a Saussure e aos estruturalistas. O eixo sintagmático é o horizontal e representa a relação entre elementos que se encadeiam na frase, como em *O João é louco*. Todos estes elementos linguísticos estão numa relação sintagmática. O eixo paradigmático relaciona-se com uma relação vertical entre um elemento linguístico que assume uma certa posição da frase e outros que possivelmente poderiam ocupar a mesma posição através de uma comutação. No exemplo anterior, pode-se ver que na posição em que se encontra *João*, poderiam vir outros elementos como *Mário*, *indivíduo*, *Daniel*, *maroto*, etc. Estes elementos mantêm entre si uma relação paradigmática.

do nome completo do pai ao nome próprio do filho, passando este a ter três constituintes (ou mais) no seu nome completo, ou seja, o seu nome próprio, o do pai e o da família/linhagem (como no caso de *Rungo Bambo Tseveve*).

Tendo em conta os inúmeros casos considerados, verifica-se que o esquema anteriormente apresentado pode aparecer em formas variadas, devido a diferenças na indicação dos constituintes que se ligam ao nome próprio. Apesar desta variação, verifica-se um certo automatismo, desde que se faça a escolha do nome próprio. Com efeito, após o nascimento do bebé, espera-se apenas que se escolha o nome próprio que, geralmente, deve ser seleccionado entre familiares directos, preferencialmente entre os já defuntos, para se permitir a regeneração da linhagem, ou seja, para se permitir *guwusa valongo* (levantar, fazer acordar os familiares). Pelo nome, as pessoas vão permanecendo vivas na memória colectiva da linhagem, ainda que possam estar biologicamente mortas. Ritualmente, cabe ao pai da criança, após o seu nascimento, identificar o seu nome. Para o efeito, é prática comum que ele (pai da criança) o faça consultando o seu pai (ou seja, avô paterno do bebé) ou outra pessoa socialmente equivalente. Geralmente, o nome é escolhido entre os dos familiares próximos do pai. Segundo alguns relatos, há sinais que indiciam que a criança deve receber um certo nome. Por exemplo, a criança recém-nascida pode ser acometida pela “doença do choro”, que obriga a que se consulte um curandeiro para se descobrir o familiar que reivindica que o seu nome seja usado para identificar a criança. Isto leva, por vezes, a que se tenha que trocar o nome que inicialmente se deu à criança, quando se chega à conclusão de que o nome adequado devia ser outro e só se fazendo a alteração é que ela pode deixar de ter a “doença do choro”. Noutras situações, segundo se constatou, a “doença do choro” permite identificar a linhagem a que a criança pertence, como nos casos em que o pai recusa a criança (porque, por exemplo, não reconhece a gravidez como sendo “sua”). É que a “doença do choro”, segundo se crê, se cura com a inserção da criança entre os seus, através da concessão do nome, evitando-se que seja “roubada” por outra linhagem.

ELEMENTOS EXÓGENOS NO NOME TONGA

Os factos descritos anteriormente revelam pormenores *essenciais*¹¹ (cf. Geertz 1973: 244) do processo de identificação através do nome entre os *vatonga*. Note-se, contudo, que este processo não permaneceu estático e nem é implementado uniformemente. Como é reconhecido na literatura sociológica, as práticas de sujeitos sociais, que resultam, para citar P. Bourdieu, de *habitus*, ou

11 Usamos esta adjectivação, tendo como referência a distinção entre “essentialism” e “epochalism” feita por Geertz (1973). Este autor, ao discutir o dilema dos países pós-coloniais nascidos dos movimentos nacionalistas, aponta que há uma tensão entre valores essencialistas, oriundos das tradições locais, e outros, epocalistas, que derivam do acompanhamento do movimento contemporâneo.

seja, sistema de disposições, duráveis e transponíveis que funciona como uma matriz de percepções, de apreciações e de acções, constituindo uma espécie de *ethos* de grupo, são o exercício de uma *praxis*, isto é, do uso de competência prática, que as adequa às actividades e características conjunturais inseridas num campo social (cf. Bourdieu 1977). Não há, pois, lugar ao estaticismo nem à homogeneidade nas práticas socioculturais, porque a cultura não é meramente um conjunto de peças que se encaixam numa estrutura estável e estática, mas uma construção plástica condicionada por valores ideológicos sujeitos a contingências e mudanças históricas.

Assim, o nome *tonga*, como *praxis* cultural que é, não pode estar imune a contingências e mudanças históricas, daí resultando recriações constantes, muito notórias com o advento da política assimilacionista, um dos momentos marcantes da história colonial portuguesa em Moçambique. De facto, um fenómeno que teve repercussões significativas na comunidade *tonga* (e por extensão, entre os moçambicanos) prende-se com o processo de colonização, nomeadamente, a política de assimilação que caracterizou a presença portuguesa em África. Tal como é referido na literatura, a assimilação tinha em vista promover entre os africanos a adopção de valores portugueses e associava-se à ideologia colonial que concedia um elevado capital simbólico a traços relacionados com a vivência portuguesa, ao ponto de a promoção social entre os africanos depender da condição de se ser assimilado, como nos lembra Eduardo Mondlane, no seu *The Struggle for Mozambique (Lutar por Moçambique)*:

The main legislative achievements of the early twentieth century were to define the legal basis for this distinction between two types of population. The Native Assistance Code of 1921 defined the civilized African as one who could speak Portuguese, had divested himself of all tribal customs, and was regularly and gainfully employed. He was to be regarded as a full Portuguese citizen, while all Africans not answering to this description were to be ruled under the administradores. This was the basis for the assimilado system, whereby the African population was divided into *assimilados*, a tiny minority who had supposedly adopted an essentially Portuguese way of life, and the *indigenas* (natives), who formed the vast majority of the African population (p. 40).

Daí que, para os africanos, fosse estratégico que se inserissem neste contexto ideológico colonial, quanto mais não seja por razões que se ligavam à própria sobrevivência. Ou seja, a adopção de traços portugueses quase que era imprescindível para a obtenção de vantajosos dividendos socioeconómicos, dentro dos limites impostos pelo sistema colonial à população africana. Eventualmente, as percepções originadas pelo aparato ideológico acabaram por se inculcar entre os moçambicanos, de tal sorte que os seus efeitos continuam notórios, apesar de a colonização (formal) pertencer ao passado.

Os efeitos do processo de assimilação são notórios na adopção de nomes portugueses, pelo menos, como nomes próprios ou prenomes, entre a maioria dos moçambicanos. Porém, embora tal prática tenha que ser associada à ideologia assimilacionista, a adopção de nomes portugueses entre os *vatonga* (e entre os moçambicanos em geral) envolveu um processo complexo, que não pode ser reduzido à mera rejeição de elementos endógenos “tradicionais”, e conseqüente aceitação e uso de elementos exógenos “modernos” promovidos pelos ideólogos coloniais. De facto, a continuação das práticas até ao momento actual também mostra que o fenómeno dever ser entendido em conexão com os valores associados à dinâmica social pós-colonial. Com efeito, para além de o processo de assimilação não ter coberto uniforme e totalmente todos os “nativos”, entre os que assumiram marcas de assimilação houve muita variação e até formas de resistência, através da rejeição e/ou adopção criativa de valores coloniais. Assim, pode-se verificar que as práticas de assimilação foram heterogêneas, cobrindo uma multiplicidade de formas de nomes, que incluem as que pretensamente adoptaram constituintes de origem portuguesa, num extremo, e as que não foram visivelmente afectadas pela assimilação, noutro extremo. De permeio, coexiste uma variedade de estratégias e soluções, que representam uma mescla em graus diferenciados de elementos endógenos e exógenos. Casos ilustrativos poderão documentar esta asserção:

- ♦ António Fernando
- ♦ Delfina Lucas
- ♦ Judite dos Santos José
- ♦ Carlos Ronda
- ♦ Fernando Luís Nhassengo

Sem se pretender ser exaustivo no tratamento da influência da assimilação sobre os nomes (ou dos seus efeitos ainda persistentes) e apesar de actualmente não se poder falar de assimilação como tal, os exemplos anteriores são elucidativos. O primeiro exemplo, *António Fernando*, representa a forma mais simples da adopção de nomes portugueses, sem pôr em causa a lógica socio-cultural subjacente ao nome *tonga*. Trata-se de um mero decalque, usando-se constituintes aportuguesados. O indivíduo em causa é identificado por dois nomes que representam o seu nome próprio (*António*) e o nome próprio do seu pai (*Fernando*). O nome *Delfina Lucas* segue o mesmo padrão, o mesmo se podendo afirmar em relação a *Judite dos Santos José*, embora neste último caso se note também a influência da cristianização. Daí o acréscimo de *dos Santos* ao nome próprio.

Como se pode notar, exceptuando o facto de se recorrer a nomes de origem portuguesa, o padrão seguido na formação deste tipo de nomes segue um modelo já descrito quando se referiu, por exemplo, *Rungo Bambo*, isto é,

apresenta as marcas sociais fundamentais, ou seja, a da pertença ao pai e, por via disso, a uma linhagem inserida num sistema patrilinear. Também pode fornecer indicações da recursividade dos membros da linhagem, já que é provável que a pessoa tenha o nome de *António*, porque um familiar próximo assim se chamava, provavelmente o avô paterno. Similarmente, nos outros exemplos, *Delfina* é filha de *Lucas*, *Judite dos Santos* de *José*, *Carlos de Ronda* e *Fernando* de *Luís Nhassengo*.

Geralmente, pessoas com este tipo de nome poderão manter um outro, recorrendo a elementos exclusivamente *tonga*, como seja *Rungo Bambo*. Neste caso, o indivíduo possuirá dois nomes, usados para fins sociais distintos. *António Fernando* poderá ser o nome “moderno”, que consta nos documentos estatais oficiais. Daí que seja localmente conhecido por *lina nya mapasi* (nome dos documentos) ou ainda por *lina la gikolatunu* (língua da escola), porque era este o nome aceite no registo colonial, quando a criança procurasse documentos para a se matricular na escola.¹² Também pode ser conhecido por *lina nya gitsungu* (nome de branco). Por outro lado, *Rungo Bambo* será o nome “tradicional”, usado principalmente em cerimónias linhageiras, como por exemplo, na evocação aos antepassados. Daí a designação *lina nya miphasu* (nome para a cerimónia de evocação dos antepassados) ou ainda *lina nya gilandi* (nome de preto).

Note-se que quer no *lina nya mapasi* como no *lina la gikolatunu*, o apelido referente à linhagem, embora conhecido pelo sujeito social, aparece omissos, o que é uma prática frequente. Nalguns casos, esta prática pode estar associada a valores simbólicos que decorrem do processo de assimilação ou da “modernização”, que induziam a sonogação de elementos tidos como tradicionais, como é o caso do apelido de origem tipicamente *tonga*. Embora este fenómeno fosse frequente no passado anterior à independência, presentemente nota-se o inverso. É muito raro que o nome completo das crianças nascidas no período pós-independência não tenha um patronímico *tonga*, parecendo que esta estratégia ganhou uma grande valorização social.

A pertença a uma (certa) linhagem patrilinear pode ser reforçada pelo recurso à sua designação em *gitonga*, tal como no caso de *Fernando Luís Nhassengo*. Neste caso, o apelido *Nhassengo* designa a linhagem a que *Fernando*, filho de *Luís*, pertence.

Há designações típicas em *gitonga* que identificam as linhagens, como os casos de *Dzemo*, *Mapulango*, *Nhassengo*, que podem ser elicitadas recorrendo-se à pergunta *U wana mani?* (De quem és? Pertences a quem?). Contudo, podem assumir o mesmo papel outras designações, até as que se associam aos nomes próprios, principalmente se forem de origem *tonga* (como em *Carlos Ronda*,

12 Esta situação decorre do facto de a assimilação ter sido condição-chave para o acesso à escola durante o período colonial.

exemplo anteriormente mencionado), embora haja casos de recurso a nomes de origem portuguesa (como em *César Vitorino*, *Joana Firmino*). Com efeito, dado o modelo seguido na formação do nome, bem como a necessidade de vincar a segmentação das linhagens, pode acontecer que o que é aparentemente tido como apelido/patronímico seja meramente o prenome de um antepassado muito próximo, normalmente o avô paterno, que representa o ponto onde se efectuou a segmentação de uma linhagem.¹³ Assim, num nome como *José Alberto Rungo*, típico entre os *vatongas*, *Rungo*, que passa por apelido, é meramente um nome próprio,¹⁴ tal como em *Rungo Bambo*, usado como patronímico para identificar um segmento de uma linhagem. *José Alberto Rungo* é um indivíduo cujo nome próprio é *José*, filho de *Alberto Rungo*, cujo pai, portanto avô paterno de *José*, se chamava *Rungo*.¹⁵

Embora a fórmula comum de constituição do nome *tonga* (nome próprio + nome do pai + nome da linhagem) anteriormente descrita seja reconhecida por muitos membros da comunidade, tal não pode ser interpretado como uma prática uniforme ou mesmo estática. Principalmente com o advento da independência e surgimento de um novo contexto sócio-histórico, impuseram-se novos mecanismos de valorização social, que têm introduzido novas *nuances* na formação do nome. Por exemplo, como já foi referido anteriormente, passou a registar-se uma maior constância no uso do apelido *tonga* referente à indicação da linhagem, apesar de se notar uma maior inovação na determinação dos outros nomes. Por exemplo, já se notam indícios de “modernidade” com o recurso a nomes concebidos como africanos¹⁶ (*Nidzi*, *Mahigo*), ou outros que não sejam tipicamente portugueses (*Igor*, *Tatiana*). Há também o recurso a nomes de origem brasileira (*Edmilson*, *Nivaldo*). Estes fenómenos são mais notórios entre famílias urbanizadas, onde fenómenos da “modernidade” têm mais impacto. Contudo, estas inovações, em muitos casos, não representam uma alteração no *ethos* sociocultural da comunidade *tonga*. Os valores essenciais por que se caracteriza esta comunidade continuam a persistir, apesar de absorverem novos elementos. Atente-se nos seguintes casos ilustrativos:¹⁷

13 Trata-se de um procedimento comum em muitas sociedades. Por exemplo, mesmo na Península Ibérica se reconhece que muitos patronímicos têm origem no prenome do pai ou de um ascendente masculino.

14 Exemplos de nomes próprios *tongas* incluem Sengo, Kwamba, Rungo, Mbata, Ngiye, etc.

15 Nalguns casos, como foi referido anteriormente, este fenómeno pode ocorrer com nomes próprios portugueses, que passam a ser assumidos como apelidos, como em *João António Vitorino*, em que *Vitorino* identifica um segmento de uma linhagem. Há também casos em que o aportuguesamento resulta de uma tradução e/ou adaptação de um nome *tonga*, como no caso do uso de *Madeira*, num nome como *Ana Mapulango*, porque *mapulango* pode-se traduzir por “madeira”.

16 Nalguns casos estes nomes concebidos como africanos podem não ser *tongas*.

17 Embora correspondam à lógica dos nomes originais em que se baseiam, estes sofreram algumas alterações para não se permitir a identidade das fontes.

- ♦ Sérgio Alberto Tembe Ronda (Mawotsa)
- ♦ Khudzi Laurinda Tembe Ronda (Mawotsa)
- ♦ Nivaldo Domingos Tembe Ronda (Mawotsa)

Os três nomes identificam crianças irmãs. Por esta razão, apresentam o mesmo patronímico, *Ronda*, já aportuguesado, que representa um segmento da linhagem *Mawotsa*. Apesar de todos terem um nome próprio independente (*Sérgio*, *Khudzi*, *Nivaldo*), cada um possui uma motivação distinta. Num caso, *Sérgio*, recorreu-se a um nome de origem portuguesa, no segundo, *Khudzi*, a um nome feminino *tonga*, e no terceiro caso, *Nivaldo*, a nome de origem brasileira. Durante a gravidez, a mãe realizou uma visita de trabalho ao Brasil, que a marcou profundamente. Decidiu memorizar este facto dando um nome abraçaleirado ao filho. A cada um destes nomes próprios se acrescenta um segundo, *Alberto*, para o primeiro caso, em que o pai “dá” o seu nome ao filho, *Laurinda*, em que a mãe “dá” o nome à sua filha, e por fim, *Domingos*, nome do avô paterno. *Tembe*, presente nos três nomes, é o nome da linhagem da mãe, um fenómeno característico entre jovens urbanizados.

Estes exemplos ilustram também o carácter dinâmico do processo de formação de nomes, com inovações associadas a contingências sócio-históricas do Moçambique contemporâneo. Apesar de se notarem as características essenciais do nome *tonga*, como a pertença a um grupo linhageiro patrilinear ou a recursividade dos membros da linhagem, há *inovações* na aplicação destes princípios. Por exemplo, os nomes próprios não são unicamente de origem portuguesa, para além de se abrir a possibilidade de não se referirem a um membro da família/linhagem. Mesmo quando se deseja fazer referência aos membros da família/linhagem, o campo de escolha é ampliado, pois não se refere necessariamente a pessoas de gerações anteriores ao pai. Não só o nome não se refere a um ascendente, como se nota que pode ser dispensável a consulta ao pai ou outro familiar “mais velho” para se escolher o nome da criança. Por outro lado, associado ao facto de não se consultar os mais velhos, a criança acaba por não ter o *lina nya mipasu*. Também, apesar de se manter o carácter patrilinear da sociedade *tonga*, o apelido da mãe é incorporado no nome da criança. Nos casos referidos, é curioso notar que o apelido da mãe é associado a um outro grupo étnico, os *varonga*, o que marca um facto novo na sociedade *tonga*, que surge na sequência da acentuação da “miscigenação” étnica nas actuais relações sociais prevalecentes no Moçambique pós-colonial, o que é notório no aumento de casamentos interétnicos. Portanto a inclusão de *Tembe* é inovadora, não só porque se acrescenta o patronímico da mãe, como também porque se usa um apelido *ronga* no nome de um indivíduo que pode ser tido como *tonga*.

CONCLUSÃO

O artigo teceu considerações à volta dos antropónimos usados entre os *vatonga* de Inhambane, assumindo que, apesar de apresentarem um padrão orientador, o processo da sua construção é criativo, heterogéneo e dinâmico. Contingências históricas que têm afectado a vida social da comunidade *tonga* ditam que influências variadas tenham impacto nas práticas de criação de nomes, havendo, por isso, sinais evidentes de mutações significativas ao longo do tempo, principalmente em consequência da presença colonial portuguesa e implantação da política de assimilação. Assim, a influência portuguesa é marcante, sendo notória na maioria dos nomes usados pelos que se consideram *vatonga*. Outras influências também são notórias, apesar de não terem sido exploradas neste artigo. É o caso, por exemplo, da influência islâmica, muito forte em Inhambane, que eventualmente afectou os antropónimos dos *vatonga*.

Maputo, 23 de Março de 2008

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre, 1977, *Outline of a Theory of Practice*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GEERTZ, Clifford, 1973, *The Interpretation of Cultures*. Nova Iorque, Basic Books.
- GHASARIAN, Christian, 1996, *Introdução ao Estudo do Parentesco*. Lisboa, Terramar.
- GUTHRIE, Malcom, 1967-71, *Comparative Bantu: An Introduction to the Comparative Linguistics and Prehistory of the Bantu Languages*. Hants, Gregg International Publishers.
- HELGESSION, Alf, 1994, *Church, State and People in Mozambique. An Historical Study with Special Emphasis on Methodist Developments in the Inhambane Region*. Uppsala, Uppsala University (Studia Missionalia Uppsaliensia).
- KOOPMAN, Adrian, 2002, *Zulu Names*. Pietermaritzburg, University of Natal Press.
- JUNOD, Henri, 1996 [1912/13], *Usos e Costumes dos Bantu*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique.
- LANHAM, L. W., 1995, *A Study of Gitonga*. Joanesburgo, Witwatersrand University Press.
- MONDLANE, Eduardo, 1969, *The Struggle for Mozambique*. Baltimore, Maryland, Penguin Books [1976, *Lutar por Moçambique*. Lisboa, Sá da Costa].
- NEWITT, Malyn, 1995, *A History of Mozambique*. Bloomington e Indianapolis, Indiana University Press.
- RITA-FERREIRA, A., 1975, *Povos de Moçambique: História e Cultura*. Porto, Afrontamento.
- SILVERSTEIN, R.O., 1993, "A note on the term 'Bantu' as first used by W.H.I. Bleek", em R.K. Herbert (ed.), *Foundations in Southern Africa Linguistics*. Joanesburgo, WUP, pp. 17-18.

TENGAN, A. B., 1994, "European languages in African society and culture: A view on cultural authenticity", em M. Putz (ed.). *Language Contact and Language Conflict*. Amesterdão e Filadélfia, John Benjamins Publishing Company, pp. 125-138.

Vatonga names in Inhambane: between "tradition" and "modernity" ♦ Gregório Firmino ♦ Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Maputo, Moçambique ♦ gregorio.firmino@uem.mz

The article deals with names of people among the *vatonga*, an ethnic group originally found in the Bay of Inhambane (Mozambique) and surrounding areas, and it presents facts on their socio-cultural dimension and dynamic nature, as a consequence of multiple exogenous influence. As it addresses issues on anthroponyms used by the *vatonga* of Inhambane, the article assumes that, despite a guiding pattern, the process of their construction is creative, heterogeneous and dynamic. Historical contingencies affecting the social life of the *tonga* community dictated that various influences have an impact on the practice of name creation. As a consequence, there are clear signs of significant change in the course of time, due mainly to Portuguese colonial presence and to the policy of assimilation. As a result Portuguese influence is striking, being evident in the majority of the names used by those considering themselves to be *vatonga*.

KEYWORDS: *vatonga*, Inhambane, names, anthroponyms, portuguese influence, assimilation.